

A ARQUEOLOGIA HISTÓRICA, A HISTÓRIA E OS TRINTA POVOS DAS MISSÕES *

ARNO ALVAREZ KERN **

«No matter that in a majority of instances we cannot truly know: it is the privilege of the intelligent to ask questions, and the claim of the unintelligent to have all the answers. The state of philosophic doubt is not the least enviable of human conditions. Definition does not necessarily clarify.»¹

Mortimer Wheeler

1 — A Arqueologia e a História

A origem etimológica da palavra arqueologia parece nos dar uma certeza sobre o seu significado, numa primeira visão muito superficial: “archaios” significa antigo, “logos” pode significar conhecimento, ciência, e assim poderíamos concluir que a arqueologia é a “ciência da antiguidade”. Nada mais impreciso.

O sentido da palavra mudou muitas vezes ao longo do tempo. Além disto, existe uma certa confusão entre a Arqueo-

* Trabalho apresentado no primeiro «Seminário de Arqueologia Histórica (SPHAN-FNPM)», em 29 de outubro de 1985, no Rio de Janeiro, e desenvolvido nos quadros do Projeto «Pesquisa histórica, arqueológica e arquitetônica da Missão de São Lourenço, RS». (Acordo de Cooperação técnica SPHAN, UFRGS, PUCRS, FISC).

** Professor dos Departamentos de História da UFRGS e PUCRS. Pesquisador do CNPQ.

logia e a Antropologia, a História e a História da Arte. Como outras “ciências em construção”, a arqueologia tem sofrido imensos progressos e uma ampliação dos seus campos de pesquisa, o que tem levado muitas vezes os próprios arqueólogos a afirmações contraditórias ou ambigüidades em relação à sua condição.

Em algumas publicações, o tipo de conhecimento do passado propiciado pela Arqueologia já se resumiu ao estudo dos vestígios da Antigüidade Clássica, sendo portanto um setor de pesquisa da História da Arte².

Na Bélgica e na França, tradicionalmente a História da Arte e a Arqueologia coexistem nos mesmos institutos universitários. É forçoso reconhecer, entretanto, que a distância que separa a História da Arte da ciência arqueológica é, desde o século passado, cada vez maior. Gradualmente, em todas as publicações européias, a Arqueologia assume o caráter de uma das ciências históricas. Muitas são as ciências históricas que reconstituem o passado, quer da natureza, quer das sociedades humanas. A história da natureza é reconstituída pelas pesquisas da Geomorfologia (relevo), da Paleontologia (fauna) e da Paleobotânica (flora). Já a História e a Arqueologia possuem como objetivo o de reconstituir as diferentes etapas dos processos históricos por que passaram as sociedades humanas, desde as origens da humanidade até o presente.

A percepção e o conhecimento daquilo a que denominamos o passado da humanidade depende dos vários métodos de abordagem e das várias técnicas que se estabeleceram, para uma correta leitura dos diversos tipos de documentos (escritos, iconográficos, tecnológicos, etc.) que nos permitem reconstituir a História em seu sentido mais amplo. Dentre estas diversas abordagens metodológicas do passado, a Arqueologia é aquela que se utiliza das evidências provenientes dos restos materiais que sobreviveram do passado, produtos de sociedades com ou sem escrita³. A abordagem arqueológica do passado não é, pois, limitada às sociedades ágrafas. Para as sociedades que possuem documentação escrita, a Arqueologia é tão importante quanto as demais ciências humanas, principalmente no que tange às atividades não documentadas no sentido restrito do documento histórico escrito. História e Arqueologia não podem existir sem uma complementaridade, sem uma integração. Não podemos pretender possuir um conhecimento maior do passado enquanto não percebermos o quanto os textos, os monumentos, os vestígios materiais e os demais testemunhos humanos se esclarecem mutuamente⁴.

O complexo e longo processo histórico pelo qual passa a humanidade há já dois milhões de anos somente é acessível a nós na forma de conhecimento científico a partir das fontes históricas e arqueológicas. Se admitirmos que no seu senso mais amplo, o termo “história” cobre todo o passado da humanidade, desde os primórdios até os dias atuais, podemos então concluir que a Arqueologia, com o seu conjunto de técnicas de investigação, cobre tanto os períodos em que viveram comunidades desmunidas do conhecimento da escrita como aqueles em que a documentação escrita registrou parcialmente aspectos da vida das sociedades passadas. Todas as mudanças ocorridas no mundo material produzidas por estas comunidades — e devidas portanto à ação humana — são objeto de estudo da Arqueologia. O registro e a análise destes testemunhos sobreviventes do passado é que permitem ao arqueólogo tornar-se um tipo especial de pesquisador, ao interpretar seus documentos e reconstituir o passado.

O arqueólogo deveria possuir não apenas uma sólida formação em sua especialidade, mas igualmente dominar a ciência da História, principalmente quando estuda sociedades complexas dotadas de registros escritos. Assim, arqueólogos e historiadores passam a procurar a reconstituição das continuidades e das discontinuidades deste processo histórico que se desenrola ao longo do tempo, na complexa “dialética da duração” de que nos fala Braudel⁵.

A Arqueologia permite não apenas o conhecimento do passado das sociedades ágrafas — para o qual a história tradicional em nada contribui — mas igualmente esclarece inúmeros aspectos da vida das sociedades dotadas de registro histórico, principalmente no que tange aos padrões de subsistência econômica, à tecnologia e às relações com o ambiente, os quais são dificilmente documentados, quando não são absolutamente ignorados pelas fontes escritas⁶. Por outro lado, o historiador limita muitas vezes o alcance de sua análise apenas aos períodos mais recentes, melhor dotados de fontes escritas. Limita igualmente a possibilidade de seus estudos às opiniões documentadas no registro histórico das classes dirigentes, permitindo desta maneira que as suas interpretações sejam parciais, incompletas e unilaterais⁷. Os historiadores, sem se dar conta destas limitações, insistem recentemente em falar de uma “história total”. Ora, esta “totalidade” histórica, possível enquanto noção teórica é impossível de ser atingida na prática, não apenas porque os documentos históricos são limitados em número e parciais quanto à sua origem, mas igual-

mente porque ainda não se encetou com decisão e objetividade esta colaboração complementar necessária entre a análise histórica dos registros escritos e a análise arqueológica da documentação material, numa pesquisa científica realmente multidisciplinar.

Esta limitação das fontes históricas coloca a Arqueologia numa situação de complementaridade, na medida em que esta pode preencher as lacunas da documentação escrita e igualmente confirmá-las ou verificar a sua autenticidade. Assim, enquanto a ausência de documentação histórica escrita destaca a absoluta importância da arqueologia nos estudos pré-históricos, o valor dos testemunhos arqueológicos históricos deve ser compreendido como complementar e relacionado à imperfeição da documentação escrita. Estes testemunhos arqueológicos são o conjunto dos dados “constituídos por todas as alterações no mundo material resultantes da ação humana ou melhor, são os restos materiais da conduta humana”, nas palavras de Childe⁸. Para a reconstituição do passado das sociedades humanas que já ultrapassaram o estágio ágrafo e elaboraram complexos sistemas simbólicos de escrita, devemos de qualquer modo procurar ainda além dos conhecimentos que possuímos oriundos da documentação escrita, aqueles provenientes das corretas e convenientes leituras específicas da documentação material, seja ela iconográfica, tipológica ou mesmo das estruturas que nos identificam os modos de vida.

Devemos, assim repensar a noção de fontes históricas, bem como reavaliar a importância das fontes materiais arqueológicas, pois estas oportunizam uma visão menos unilateral do que aquela que emana da leitura dos textos escritos do passado, jamais neutros e sempre escritos com finalidades e interesses nem sempre declarados.

A arqueologia histórica, ao estudar os restos materiais das civilizações passadas, busca essencialmente uma interpretação histórica⁹. Podemos assim reconhecer atualmente que a Arqueologia contribui em muito com a reconstituição histórica do passado, com a evidência de que “todo o vestígio da vida e da atividade dos homens do passado pode tornar-se um testemunho” e com a constatação de que “o texto escrito — conservando embora uma posição privilegiada — já não é o único instrumento do conhecimento do passado”¹⁰. Pode-se compreender, pois, que “na verdade, todos os ramos da História, tal como esta atualmente é compreendida, têm que estar baseados em dados arqueológicos não escritos”¹¹.

Esta evidência levou Wheeler a afirmar que recentemente é muito raro se poder tocar na História sem tocar na Arqueologia¹². Assim, a renovação do conceito de documentação — ampliação esta que engloba tantos os documentos escritos como os materiais — não apenas significa uma possibilidade de se encontrar soluções para a ampla temática que a noção de totalidade histórica tenta descortinar, mas igualmente representa um alargamento considerável na perspectiva espaço-temporal histórica, pois o imenso e complexo processo histórico pode ser estudado com relativa dose de sucesso tanto em escala planetária como ao longo dos dois milhões de anos conhecidos atualmente graças às novas datações pré-históricas. Esta perspectiva aumentada nos permite igualmente ultrapassar os limites da documentação histórica das classes dirigentes e obtermos dados que possibilitem a reconstituição do cotidiano, do modo de vida da massa da população nas sociedades passadas. Estas possibilidades que se abrem pela complementariedade de disciplinas como a Arqueologia e a História, nem sempre são claramente percebidas, quer por historiadores, quer por arqueólogos. Isto se deve em parte aos antolhos que representam as idiossincrasias pessoais, em parte à incapacidade de alguns de ultrapassar as limitações de seus campos específicos da Arqueologia e da História, mas na maioria das vezes nada mais é do que demonstração de incultura.

A cooperação entre o historiador e o arqueólogo estabelece uma gama de possibilidades técnicas e uma riqueza de interpretações teóricas que ultrapassa as limitações das disciplinas tomadas isoladamente. Quando a esta complementariedade se soma a aporte das demais ciências sociais, Antropologia, Sociologia, Economia, Ciência Política e mesmo o da Lingüística, bem como o de algumas ciências da natureza, como a Biologia e a Geomorfologia, podemos esperar atingir a reconstituição das complexas realidades do passado.

Nem historiadores nem arqueólogos devem correr o risco de se encerrar nos seus esquemas particulares mumificados, se não quiserem reconstituir passados igualmente mumificados. Enquanto alguns pensarem que apenas uma determinada metodologia pode tudo resolver, seja um método de escavação, seja uma visão de sociedade, sem levar em conta a complexidade das problemáticas e a ampliação das temáticas, não perceberemos que as análises multidisciplinares tais como as que reúnem os códigos de leitura específicos dos documentos escritos e dos materiais — são altamente estimula-

dores e nos permitem a abordagem mais ampla do objetivo sempre proposto e jamais atingido: o da totalidade sócio-cultural. O desenvolvimento das pesquisas históricas e arqueológicas é muito rápido, atualmente, porque somos cada vez mais capazes de formular problemas, trabalhar com hipóteses e aplicar metodologias pertinentes às fontes diversificadas, visando encontrar soluções racionais e objetivas, escapando aos modelos mecanicistas e limitadores, às descrições estéreis e ao naturalismo metafísico. A interdisciplinaridade, compreendida aqui como o esforço comum de duas ou mais disciplinas, relativo a problemas comuns e com intercomunicação contínua, organizando diferentes conceitos e metodologias, é uma das possibilidades que temos para atingir a maturidade das ciências que estudam o passado das sociedades humanas. A interdisciplinaridade entre a Arqueologia Histórica e a História representa a possibilidade de uma síntese criadora entre disciplinas que têm objetivos comuns, mesmo que as metodologias possam ser específicas.

Esta interdisciplinaridade pode e deve ser complementada ainda pela Antropologia. Esta disciplina tem sido de tal maneira associada aos estudos arqueológicos que alguns autores norte-americanos ingenuamente confundem as duas disciplinas¹³. Entretanto, Taylor já reconhecia que “a Arqueologia não é nem a História nem a Antropologia”, enquanto que Chang reconhece igualmente que a Arqueologia, como ciência, tem influências teóricas tanto da História como da Antropologia¹⁴. Ora, assim como a História não se transforma em uma Sociologia ou em uma Economia por se utilizar de alguns aportes teóricos destas disciplinas, a Arqueologia não se transforma em uma Antropologia por uma coexistência multidisciplinar. Sendo a arqueologia “um somatório de resultados e conhecimentos não definitivos, de um contínuo processo de investigação, no qual está sempre presente um método intelectual de crítica”¹⁵, com suas metodologias próprias e tipos razoavelmente bem definidos de fontes materiais como objeto de estudo, podemos considerá-la uma ciência, mesmo que ainda em fase de consolidação, e utilizando-se muitas vezes, de maneira complementar, de teorias da Antropologia e da História.

Uma análise rápida da bibliografia européia e norte-americana permite constatar que enquanto os europeus relacionam a Arqueologia à História, os Americanos o fazem à Antropologia. Ora, como vimos inicialmente, o termo “arqueologia” não tem muita profundidade etimológica. Não foi deliberadamente criado, mas impôs-se gradualmente pelo uso que

dele se fez¹⁶. Entretanto, causa espanto observar a Arqueologia — que engloba tanto o estudo de sociedades ágrafas como das sociedades complexas da História da Humanidade — ser simplesmente confundida com a Antropologia e classificada dentro dos quadros da pesquisa antropológica. Por outro lado, afirmar que a Arqueologia é “essencialmente a história do homem” ou um “ramo dos estudos históricos”, é apenas repetir em pleno século XX a definição apresentada pelos antigos gregos, para os quais a Arqueologia era a História dos períodos mais recuados¹⁷. Childe tentou contemporizar entre as duas tendências quando afirmou ser o arqueólogo um historiador, mas “um historiador da cultura” enquanto que os arqueólogos soviéticos a consideram ainda uma “história da cultura material”¹⁸. Para Courbin, “se fosse necessário não impor, mas propor uma escolha entre a antropologia e a história, seria em direção a esta última que se deveria inclinar a arqueologia”, tendo em vista que ela não pode ignorar a dimensão temporal. Clark reconhece igualmente que o “esforço do arqueólogo só será proffcuo se este possuir um verdadeiro sentido da história”, tendo em vista o fluxo do tempo que envolve a pesquisa arqueológica¹⁹.

Atualmente aceita-se cada vez mais a especificidade da arqueologia, considerada como uma disciplina singular. Nada impede que um arqueólogo possa fazer Antropologia ou História. Podemos mesmo compreender que a Arqueologia Pré-histórica se aproxime mais da Antropologia e a Arqueologia Histórica da História. Entretanto, se um arqueólogo resolver praticar Antropologia ou História, “o importante é que ele tenha consciência que em fazendo isto, ele não mais age como arqueólogo”. Enquanto arqueólogo, ele deve dedicar-se à sua ciência, ou seja, “à soma de estudos relativos aos objetos materiais que podem esclarecer, com o concurso eventual de outros dados, a história e os modos de vida dos homens do passado (acontecimentos singulares, atividades cotidianas, instituições, crenças, etc.)”²⁰.

Enquanto que alguns arqueólogos pré-historiadores pensam ser antropólogos ou paleo-ecologistas, outros se imaginam no papel de historiadores enquanto praticam a Arqueologia Histórica. Nada mais são, entretanto, do que arqueólogos praticando “uma disciplina imatura, esforçando-se para procurar suas dimensões e afirmando sua existência independente das disciplinas que a envolvem, de maior maturidade”²¹. Se a Arqueologia “é uma disciplina que concerne a descoberta, descrição sistemática e o estudo da cultura material do passa-

do”, somos obrigados a concluir que os dados arqueológicos não são nem dados históricos, nem dados antropológicos, e que a Arqueologia não é nem História nem Antropologia. Estas disciplinas podem ter muitos de seus objetivos semelhantes, mas utilizam-se de documentos diferentes, com metodologias próprias.

2 — A Arqueologia Histórica e a História: o exemplo das Missões

A Arqueologia e a História são a dimensão temporal das demais ciências sociais: da Antropologia, da Sociologia, da Economia e da Ciência Política. Para se realizar uma boa Arqueologia e uma boa História, é necessário uma sólida cultura embasada nas ciências sociais. Não apenas conhecer as idéias de algumas autoridades, principalmente os precursores, mas fundamentalmente acompanhar as pesquisas de ponta nas diversas especialidades das ciências sociais.

O trabalho do arqueólogo histórico e do historiador está voltado para a tarefa de precisar ou esclarecer os diversos aspectos político, religioso, econômico, social ou simplesmente material — segundo a natureza das fontes que consultam — de uma certa sociedade em um dado momento de seu processo de desenvolvimento. Precisar os caracteres técnicos e estilísticos dos achados e explicar como “se inserem na evolução dos estilos, nas transformações das técnicas, na expressão de certas formas de arte, nas maneiras de crer e de pensar”²² eis algumas das tarefas dos arqueólogos que transformam seu trabalho em uma reconstituição histórica.

Um exemplo típico disto é a tarefa de reconstituição do processo histórico missioneiro da região platina, que exige uma sólida formação histórica e intensas pesquisas arqueológicas históricas, como uma forma de superação dos mitos criados em torno deste evento histórico extraordinário, tanto pelos homens do passado como pelos de nosso presente. Um conhecimento amplo de teorias e métodos da Economia, da Sociologia, da Antropologia e da Ciência Política pode ser uma garantia para o sucesso das investigações dos historiadores e dos arqueólogos históricos.

A análise deste fenômeno histórico missioneiro nos demonstra como é ingênuo pensar que existe um limite rígido entre as sociedades ágrafas e as que possuem registros escritos. De fato há um número infinito de gradações que tornam os limites, que separam a Pré-história da História e a Arqueo-

logia Pré-histórica da Arqueologia Histórica, difíceis de precisar. Em plenos séculos XVII e XVIII existem na região populações sem escrita, bandos de caçadores-coletores-pescadores denominados de Guaicurus, Charruas e Minuanos, que entram em contato com as populações indígenas já inseridas no processo de colonização — como os Guaranis — e mesmo com as sociedades históricas com escrita: a lusa e a espanhola.

Numa abordagem simplista, as populações guaranis instaladas no espaço missioneiro estariam inseridas na sociedade histórica hispânica: entretanto, a maioria da população desconhece a escrita que permanece como um elemento cultural apenas acessível aos caciques e a seus filhos, bem como a alguns raros indígenas que se transformam em artesãos tipógrafos. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, outros elementos mostram a complexidade dos graus sucessivos de aculturação da sociedade indígena às sociedades ibéricas (contatos espanhóis com os Guaranis, contatos lusos com os Charruas e Minuanos), com a introdução da metalurgia do ferro, das armas de fogo, do arado, da arquitetura e escultura barrocas. Neste caso específico, a Arqueologia Histórica é de importância exemplar para esclarecer estas nuances no processo histórico complexo de transculturação destas sociedades indígenas, face aos contatos mais ou menos intensos com os representantes locais da sociedade europeia. Uma importante fronteira se delineia entre os impérios coloniais luso e espanhol, mas igualmente uma fronteira entre a Pré-história e a História. Tanto historiadores como arqueólogos serão obrigados a uma integração multidisciplinar, para evitar simplificações e reducionismos. O uso restrito da documentação escrita, limitada aos jesuítas, aos funcionários administrativos reais e aos caciques, aumenta a importância da pesquisa arqueológica para a reconstituição do modo de vida guarani missioneiro a partir das evidências materiais. A aplicação das técnicas arqueológicas a sociedades históricas, portanto, amplifica as evidências em várias direções, para além do registro escrito.

É forçoso reconhecer que a numerosa documentação conhecida sobre as Missões comprova que, na História da Humanidade, inúmeras atividades humanas nunca são documentadas. Se por um lado, a descoberta destas evidências valoriza o trabalho da investigação arqueológica, por outro lado torna a tarefa do arqueólogo muito mais difícil, pois este é obrigado a conhecer muito em termos de conhecimento histórico, além dos conhecimentos em termos de ciências da natureza que a sua atividade exige.

Os estudos de tecnologia que se relacionam com a fabricação de implementos, a construção de habitações e templos, a arte, e tantos outros, são por sua vez aportes do arqueólogo, pois tais atividades do cotidiano dificilmente são sugeridas na documentação escrita. As relações com o meio ambiente raramente são referidas na documentação jesuítica e os dados sobre a domesticação de animais e plantas, a obtenção de matérias para o lascamento de implementos líticos ou a produção de fibras vegetais, informações sobre as trocas com outras sociedades indígenas, etc., são raros ou inexistentes no registro escrito, devendo ser reconstituídos pela documentação arqueológica.

Os estudos aprofundados da documentação escrita e material, realizados pelos historiadores e pelos arqueólogos, é que nos podem fazer perceber, para além dos modelos históricos do passado e das formas sociológicas das sociedades, a evidência das individualidades das comunidades. A Arqueologia Histórica, ao investigar sítios arqueológicos do tipo dos Trinta Povoados Missioneiros da Região Platina tem a vantagem de, além da utilização de todas as técnicas de escavação e interpretação das evidências materiais, obter igualmente dados do abundante registro escrito histórico existente. A multidisciplinaridade das análises dos historiadores e dos arqueólogos permite que se ultrapasse o estágio de criar tipos-ideais abstratos (tais como “república comunista”, “império teocrático”, “modo de produção subsidiário despótico-aldeão”) que nada mais são do que generalizações oriundas de limitadas e incompletas consultas às fontes, para se estabelecerem análises mais objetivas e pertinentes no campo da tecnologia, da economia, dos padrões de conduta, etc., oportunizando a percepção mais efetiva do que foi no passado uma comunidade missioneira, sem somar novos mitos aos já existentes.

A complementaridade com a documentação histórica permite, por outro lado, que o arqueólogo ultrapasse a visão limitada que destaca a metodologia de campo como o fundamental em sua atividade, e perceba a variação possível dos tipos de abordagem no momento em que os dados históricos sobre a política, a economia, a cultura, etc., começam a ilustrar mais vivamente as idéias e os padrões de conduta das comunidades estudadas.

A multidisciplinaridade necessária entre a História e a Arqueologia Histórica favorece os historiadores tornando concretos os dados tecno-econômicos e de relações paleo-ambientais inexistentes na documentação escrita, e favorece aos

arqueólogos com os dados relativos às idéias e padrões Institucionais inexistentes na documentação material. Para o historiador, a documentação arqueológica tem a vantagem de colocá-lo ante o concreto passado, o que é muito difícil apenas com a documentação escrita, já que esta não é neutra, assim como não foram neutros os que a redigiram. Para o arqueólogo, a documentação histórica possibilita com maior facilidade ultrapassar os limites do sítio arqueológico, integrando-o em um contexto histórico razoavelmente bem conhecido, no caso das Missões.

Não podemos ignorar, por ingenuidade, as limitações que nos são impostas na investigação do passado, mesmo quando temos acesso tanto à documentação dos historiadores como à dos arqueólogos históricos. Em primeiro lugar devemos levar em conta que apenas trabalhamos com a documentação que efetivamente sobreviveu e que, tendo sobrevivido, foi encontrada e analisada. Em segundo lugar, somos obrigados a reconhecer que os arqueólogos históricos e os historiadores deveriam trabalhar com as melhores metodologias e quadros teóricos a disposição, no estágio atual em que se encontram estas ciências sociais, ainda em construção. Em terceiro lugar, o passado não nos chega como o real e o concreto, mas sim como evidências de segunda mão, pois a documentação histórica e arqueológica não são a sociedade que os criou. Arqueólogos e historiadores construirão uma espécie de quadro, imaginando cientificamente esta sociedade que deixou de existir. Impossibilitados de ir ao passado, arqueólogos e historiadores jamais estarão seguros de suas reconstruções, trabalhando com amostras da documentação que sobreviveu e cômicos de que nem todas as ações sociais do passado foram documentadas. Arqueólogos históricos e historiadores deverão, pois, reunir todas as fontes documentais possíveis, escritas ou materiais, reconstituindo o passado com pertinência em relação a estas evidências, utilizando-se de modelos e de teorias apropriadas ao seu objeto de estudo, sem concessão aos modismos ou aos preconceitos que impedem muitas vezes as ciências sociais de se libertar do subjetivismo e do reduccionismo. Popper colocou muito bem que a descoberta socrática de que não podemos provar de maneira absoluta as nossas reconstituições do passado, não nos leva ao nihilismo científico. Pelo contrário, podemos sempre aprimorar nossos métodos racionalmente, criticar nossas próprias teorias, distinguindo-as de teorias piores²³.

Wheeler afirmou com muita propriedade, referindo-se ao trabalho de campo do arqueólogo, que não haveria uma maneira certa de escavar, mas sim muitas erradas²⁴. Esta idéia pode servir para caracterizar toda a atividade do arqueólogo e toda a do historiador em suas tentativas de investigação do passado. Ambos preocupam-se com os problemas das abordagens táticas do tipo de documentação de que dispõe, sabendo que não existe uma metodologia ou uma teoria certa, mas muitas erradas, se não forem pertinentes com a problemática e as fontes. Buscam precisar a cronologia e as características sócio-culturais da sociedade em estudo, procuram conhecimentos sobre as condições sócio-políticas dos habitantes, as condições de sua economia doméstica e da inserção do todo em um contexto maior, que é não apenas o meio ambiente mas igualmente o meio social e histórico com o qual se relacionam. Para atingir seus objetivos, historiadores e arqueólogos históricos não poderão trabalhar isolados. Deverão buscar em conjunto, igualmente, o auxílio de outras ciências sociais ou da natureza, as quais poderão, de um maneira ou de outra, elucidar o estudo do passado do homem.

Esta multidisciplinaridade implicará em cooperação e representará, para o estudo da humanidade passada, uma diversificação de abordagens, de técnicas e de metodologias, específicas de cada disciplina. Esta diversidade representa, finalmente, a possível emergência de uma unidade, tendo em vista os problemas comuns. Esta possibilidade não poderá ser negligenciada e é, antes de tudo, uma responsabilidade de todos nós.



NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1) WHEELER, Mortimer. *Archaeology from the earth*, London, Penguin Books, 1968, p. 259.
- 2) SCHUCHHARDT, Walter-Hernig. *Arqueologia*. Lisboa, Meridiano, 1972. p. 11. DE LAET, Sigfried. *La arqueologia y sus problemas*. Barcelona, Labor, 1960, p. 15.
- 3) PIGGOT, Stuart. *Approach to archaeology*. London, Pelican Books, 1966, p. 140.
- 4) CHARLES PICARD, G. — “Qu'est-ce que l'archéologie?”. In: CHARLES PICARD, G. — (dir.). *L'Archéologie*. Paris, Larousse, 1969, p. 8.

- 5) SCHNAPP, Alain. "Arqueologia". In: LE GOFF, J. e NO-
RA, P. História: novas abordagens. Rio de Janeiro, Fran-
cisco Alves, 1976.
- BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. Lisboa,
Ed. Presença, 1972, p. 37.
- 6) PIGGOT, S. — opus cit. p. 142.
- 7) DE LAET, S. — A Arqueologia e a Pré-História. Lisboa,
Bertrand, 1977, pp. 17 e 93.
- 8) CHILDE, G. — Introdução à arqueologia. Lisboa, Euro-
pa-América, 1961, p. 9.
- 9) DE LAET, S. — opus cit. nota 2, p. 14.
- 10) STEVE, M-J. — "Arqueologia: as técnicas e a História".
In: ALIMEN M-H e STEVE, M-J. (coord.) História Univer-
sal. Lisboa, Meridiano, p. 25.
- 11) CHILDE, G. — opus cit. nota 8, p. 25.
- 12) WHEELER, M. — opus cit., p. 19.
- 13) Nos manuais de antropologia e mesmo em alguns de ar-
queologia, este erro é comum. Ver KEESING, F. — An-
tropologia Cultural. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura,
1961. p. 30 e HERSKOVITZ, M. Antropologia Cultural.
São Paulo, Mestre Jou, 1963, p. 17.
- 14) TAYLOR, W. — citado em COURBIN, P. — Qu'est-ce
que l'archéologie. Paris, PAYOT, 1982, p. 219. CHANG,
K. — Nuevas perspectivas en arqueologia, Madrid, Ali-
anza. p. 11.
- DEETZ mesmo reconhece que recentemente nos Estados
Unidos os estudos conjuntos de História e Arqueologia
têm sido muito promissores (DEETZ, J. — Invitation to
archaeology. Nova Iorque, The Natural History Press,
1967, p. 4).
- 15) KERN, A. A. — As tendências atuais da ciência histó-
rica. Ciências e Letras, 2 : 65.

- 16) LAMING-EMPERAIRE, A. — L'Archéologie Préhistorique. Paris, Seuil, 1966, p. 8.
- 17) COTTRELL, L. — "What is Archaeology". In: COTTRELL, L. (edit.). The concise Enciclopedia of Archaeology. London, Hutchinson, 1960, p. 1. PIGGOT, S. — opus cit., p. 13. DAUX, G. — L'histoire de l'archéologie. Paris, Presses Universitaires de France, 1966, p. 5.
- 18) CHILDE, G. — Para uma recuperação do passado. São Paulo, DIFEL, 1976, p. 36. MONGAIT, A. — La arqueología en la URSS. Moscou, Inst. de História da Cultura Material (Acad. de Ciências da URSS), 1960, p. 7.
- 19) COURBIN, P. — opus cit., p. 213. CLARK, G. — Arqueologia e Sociedade. Coimbra, Almedina, 1966, p. 11.
- 20) COURBIN, P. — opus cit., p. 214. CARDIN, J-C. Une archéologie théorique. Paris, Hachette, 1979.
- 21) CLARK, D. — Analytical Archaeology. Londres, Methuen, 1978, p. 19.
- 22) DE LAET, S. — opus cit., nota 7, pp. 92-3.
- 23) POPPER, K. — A lógica das ciências sociais. Brasília, Tempo Brasileiro, 1978, p. 34.
- 24) WHEELER, M. — opus cit., p. 15.